

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a Vossas Senhorias para apreciação e deliberação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, preparadas em acordo com a legislação pertinente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O cenário internacional caracterizou-se pelo baixo crescimento econômico em 2013, especialmente na Comunidade Europeia e Estados Unidos.

Esse panorama se refletiu na economia brasileira, afetando principalmente as exportações, que totalizaram US\$ 242,178 bilhões em 2013, contra US\$ 244,600 em 2012. Já as importações totalizaram US\$ 239,617 bilhões, resultando um superávit comercial de apenas US\$ 2,561 bilhões, contra US\$ 19,396 bilhões em 2012. As condições favoráveis do câmbio, com a taxa média do dólar no ano situada em R\$ 2,17, bem como o déficit da conta de petróleo de US\$ 20,270 bilhões, igualmente contribuíram para o fraco desempenho da balança comercial.

O crescimento econômico do Brasil em 2013, medido pelo PIB, inicialmente estimado em 3,5%, ficou reduzido a 2,28%, segundo cálculo prévio.

As medidas oficiais adotadas para combater a inflação não surtiram o efeito desejado. A meta fixada pelo governo de 4,5%, novamente foi ultrapassada, alcançando 5,91% em 2013, segundo o IPCA, destacando-se a evolução de 8,48% do setor de alimentos e bebidas, a despeito da safra recorde de grãos no ano.

As autoridades da área econômica têm utilizado a SELIC, que reflete a taxa básica de juros, como instrumento de controle da inflação. Assim, na medida em que o ritmo inflacionário tendeu a uma aceleração, a taxa SELIC foi sendo elevada sistematicamente, de tal forma que a posição de 31/12/12, situada em 7,25%, evoluiu para 10,0% em 31/12/13, refletindo uma alta de 37,93% no ano.

O mercado de capitais apresentou um fraco desempenho em 2013, decorrente do cenário econômico desfavorável em nosso país.

A Bolsa de Valores registrou queda de 15,50% no ano, traduzida pelo índice BOVESPA, cuja posição de 60.952 pontos em 31/12/12 evoluiu para 51.507 pontos em 31/12/13.

Os registros de emissões na CVM para oferta pública somaram R\$ 30,561 bilhões em 2013, contra R\$ 58,936 bilhões em 2012, dos quais R\$ 19,616 bilhões em ações e R\$ 10,945 bilhões em debêntures. Desde 2005 aquele valor foi o segundo menor, superando apenas o registrado em 2011, que situou-se em R\$ 21,496 bilhões.

A Companhia não efetuou novas operações em 2013. A Administração avalia continuamente o mercado visando atender o objeto social da CADIP.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o desempenho da Companhia refletiu a sua situação de inatividade no período.

Assim, as contas patrimoniais não apresentaram alterações relevantes em seus saldos no exercício, tanto no Ativo quanto no Passivo.

As contas de resultado registram valores igualmente compatíveis com o nível de atividade da Companhia no exercício. As receitas somaram R\$ 72 mil, enquanto que as despesas totalizaram R\$ 176 mil, revelando um resultado negativo de R\$ 104 mil em 2013.

A Companhia desfruta de excelente nível de liquidez financeira, como revelam as contas patrimoniais do Ativo e do Passivo Exigível.

A Administração da Companhia, prudentemente procedeu o provisionamento de valores para riscos fiscais inerentes a demandas junto à Secretaria da Receita Federal, na área administrativa, e junto à Comissão de Valores Mobiliários referente a duas ações judiciais, das quais uma já obteve decisão favorável de 1º grau, estando ambas com os respectivos valores em lide depositados judicialmente, no montante de R\$ 100 mil, valor este submetido a atualização monetária por índices oficiais.

Os Auditores Independentes contratados pela Companhia prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2013.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo	2013	2012	Passivo e Patrimônio Líquido	2013	2012
Circulante			Não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.990	22.201	Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	347	330
Impostos a recuperar (Nota 5)	940	880			
	<u>22.930</u>	<u>23.081</u>	Patrimônio líquido (Nota 7)		
Não circulante			Capital social	10.200	10.200
Impostos diferidos (Nota 3)	118	112	Reservas de lucros	12.601	12.705
Depósitos judiciais	100	42		<u>22.801</u>	<u>22.905</u>
	<u>218</u>	<u>154</u>			
Total do ativo	<u>23.148</u>	<u>23.235</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>23.148</u>	<u>23.235</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado			
Exercícios findos em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais			
	2013	2012	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	66	67	
Valor adicionado a distribuir	<u>66</u>	<u>67</u>	
Distribuição do valor adicionado			
Serviços de terceiros, taxas e emolumentos	159	77	
Provisão para riscos fiscais	17	138	
Impostos federais	(6)	(47)	
Prejuízos absorvidos	(104)	(101)	
Valor adicionado distribuído	<u>66</u>	<u>67</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2013	2012
Despesas operacionais		
Despesas administrativas (Nota 10)	(159)	(77)
Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	(17)	(138)
Prejuízo operacional	(176)	(215)
Receitas financeiras	66	67
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(110)	(148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	47
Prejuízo líquido do exercício	<u>(104)</u>	<u>(101)</u>
Prejuízo líquido por ação ordinária - básico e diluído - R\$	<u>(0,00153)</u>	<u>(0,00149)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(104)	(101)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	(89)
Provisão para riscos fiscais	17	138
	(93)	(52)
Variações de ativos e passivos operacionais		
Aumento em créditos a receber	(60)	(67)
Aumento em depósitos judiciais	(58)	
Aumento em juros sobre o capital próprio a pagar		(4.400)
	(118)	(4.467)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(211)</u>	<u>(4.519)</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(211)</u>	<u>(4.519)</u>
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	21.990	22.201
No início do exercício	22.201	26.720
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(211)</u>	<u>(4.519)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012	
Em milhares de reais	
1. Informações gerais	
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.	
As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 2 de janeiro de 2014.	
2. Resumo das principais políticas contábeis	
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.	
2.1. Base de preparação	
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.	
2.2. Caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.	
2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge	
A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.	
Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em milhares de reais						
	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Dividendos propostos	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2012	10.200	2.040	10.766		(101)	23.006
Prejuízo líquido do exercício					101	(101)
Reversão reserva de dividendos			(10.766)	10.766		
Destinação do resultado				(101)		
Em 31 de dezembro de 2012	10.200	2.040		10.665		22.905
Prejuízo líquido do exercício					(104)	(104)
Destinação do resultado					104	
Em 31 de dezembro de 2013	<u>10.200</u>	<u>2.040</u>		<u>10.561</u>		<u>22.801</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

»»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto diferido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação vigente, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações diversas. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de tributos.

2.6. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 21.936 (2012 - R\$ 21.843), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.936 (2012 - R\$ 21.843), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.458 (2012 - R\$ 7.427), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 118 (2012 - R\$ 112).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bancos - conta movimento	106	96
Aplicações financeiras	<u>21.885</u>	<u>22.105</u>
	<u>21.990</u>	<u>22.201</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Impostos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição social a compensar	196	183
Imposto de renda a compensar	<u>744</u>	<u>697</u>
	<u>940</u>	<u>880</u>

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

7. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado, totalizando R\$ 10.200, é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de lucros a realizar e retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido dos exercícios, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitada a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

8. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

9. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 247, em 31 de dezembro de 2013, (2012 - R\$ 237) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 100, em 31 de dezembro de 2013, (2012 - R\$ 93).

10. Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços de terceiros	108	22
Taxas e emolumentos	11	12
Publicações	<u>40</u>	<u>43</u>
	<u>159</u>	<u>77</u>

Em outubro de 2013, a Companhia efetuou ressarcimento de despesas ao Banco de Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, no montante de R\$ 79, referente a serviços de avaliação e dimensionamento da carteira de recebíveis, efetuado por consultores externos, conforme súmula de contrato publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de junho de 2013, com inexigibilidade de licitação e classificado na rubrica Serviços de terceiros.

Leonildo Migon
Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes
Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00

Manifestação do Conselho de Administração

Manifestação do Conselho de Administração – O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Luis Antônio Medina Gomez

Túlio Luiz Zamin

João Emílio Gazzana

Flávio Pompermayer

Felipe Rodrigues da Silva

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2013, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2013 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2014, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Fernando Rodrigues
Conselheiro

José Luiz Piazza Pfitscher
Conselheiro

Cristiane Costa da Rosa
Conselheira

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2014.

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

SAWERYN & ASSOCIADOS
AUDITORES INDEPENDENTES

SAWERYN & Associados S/S
Auditores Independentes
CRC RS 03349/O-0

Marcelo de Deus Saweryn
Sócio
Contador CRC RS 54712/O-5